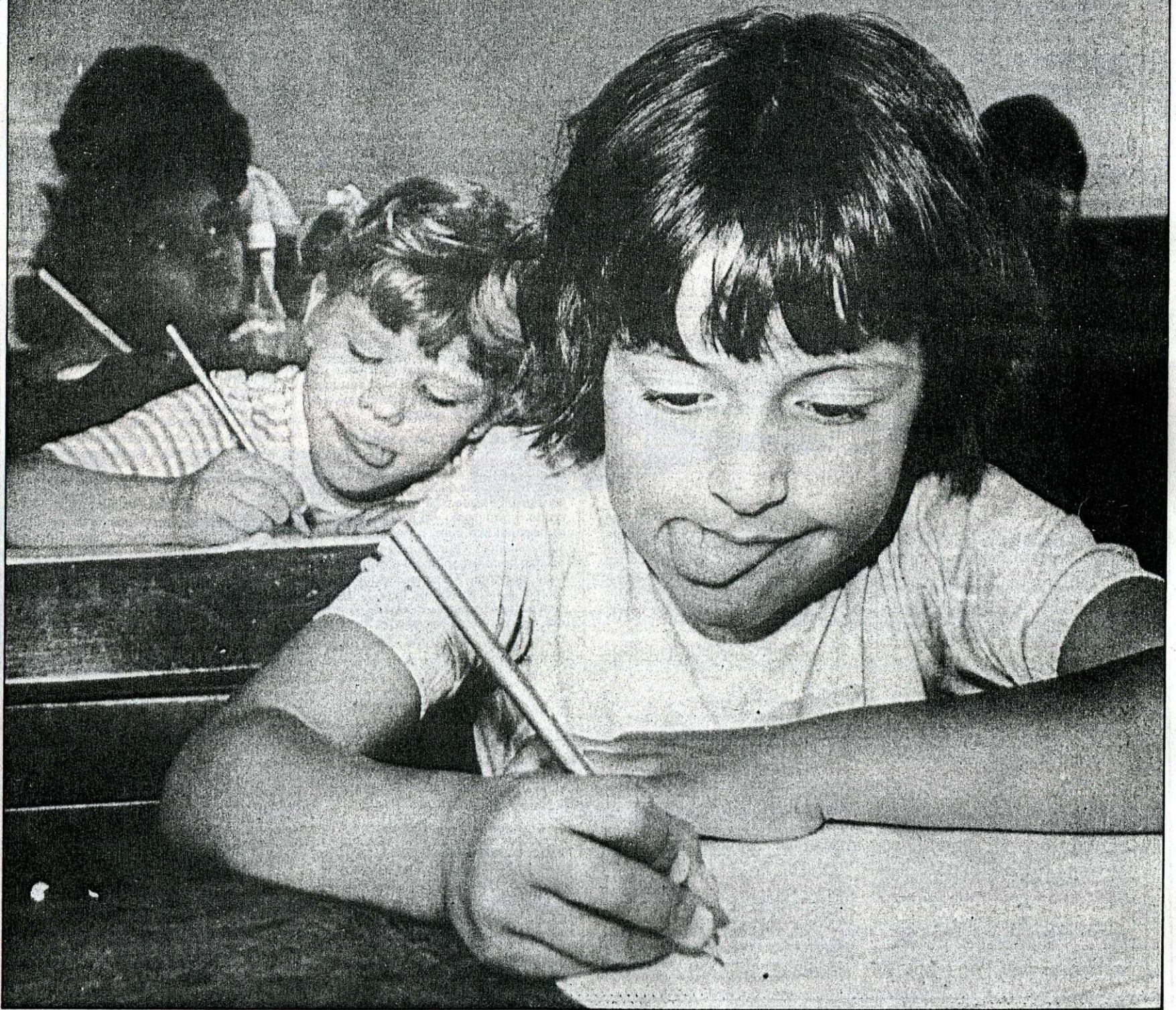


1989:  
eleições no CRP

# JORNAL CRP-06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª Região  
Nº 60 • Ano 9 • Maio-Junho 1989.

Quais são as novidades do PT na área de Educação  
com a gestão de Luiza Erundina?  
Paulo Freire responde.



# Congresso Nacional Unificado de Psicologia, um evento político.

**A** proposta de realizar um Congresso Nacional de Psicologia surgiu, no 2º semestre do ano passado, durante as reuniões do Conselho Consultivo da autarquia (CFP e CRPs). Uma das razões desta proposta foi o fato de ser, 1989, um ano particular devido à elaboração da legislação ordinária referente à nova Constituição. Visando interferir neste momento político da sociedade brasileira, os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia sentiram a necessidade de desenvolver algum plano de ação com os psicólogos enquanto categoria profissional. Em seguida, houve o convite e a adesão dos Sindicatos e Associações Pré-sindicais dos Psicólogos que passaram a participar da organização do Congresso. Agora, como um trabalho unificado das entidades organizadoras, propõe-se um evento político.

Sobretudo nas reuniões preparatórias do Congresso, convencionou-se usar o termo político — não declaradamente, mas implicitamente — para distinguir a natureza do temário desse Congresso Nacional em relação aos outros Congressos. No caso do Congresso Nacional, o te-

mário está sendo apresentado nos seguintes itens: 1) análise da conjuntura nacional; 2) questões conjunturais da categoria (mercado de trabalho, formação, condições de trabalho, qualidade do exercício profissional, legislação ordinária da Constituição, entidades representativas da categoria); 3) planos de lutas; 4) formas de encaminhamento.

Pautado nesse temário, o Congresso possuirá uma forma de organização muito semelhante a dos Congressos promovidos pelas entidades sindicais. Essa organização baseia-se tanto numa escolha de congressistas por critério de delegação quanto na condução dos debates que devem resultar em deliberações do Plenário de delegados.

Como se pode notar, este Congresso se diferencia de outros que participamos como o I CONPSIC, por exemplo, na medida em que a inscrição e a participação se fazem a não ser passando pelo crivo do levantamento de delegações. Isto será feito segundo critérios que oportunamente exporemos.

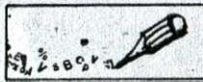
No momento, podemos adiantar que os delegados poderão sair como representantes das entidades organi-

zadoras ou como representantes dos demais psicólogos de cada Região. Eles serão eleitos durante os encontros estaduais e preparatórios do Congresso. Também nessas ocasiões serão levantadas discussões de certos temas de interesse da categoria, que serão apresentados sob forma de teses no Congresso Nacional. Estes encontros são um momento muito importante para o CRP-06 e os psicólogos desta Regional, porque as teses devem refletir as questões que afetam o cotidiano do exercício profissional.

Os encontros estaduais deverão ocorrer até, no máximo, 15 dias antes do Congresso, marcado para 7, 8, 9 e 10 de setembro. As teses devem ser entregues com 70 dias de antecedência para que elas possam circular nacionalmente. Qualquer psicólogo que quiser inscrever uma tese, pode encaminhá-la para o CRP-06 ou para o Sindicato dos Psicólogos.

Quanto às teses a serem encaminhadas pelo próprio CRP-06, por ocasião do Congresso Nacional, elas serão relativas à discussão de algumas questões que vêm de encontro com a nossa meta, neste último ano

da Gestão Palavra Aberta II, de documentar as atividades e experiências das últimas 3 Gestões que acabaram por ampliar o âmbito de ação do Conselho. Essa ampliação não significou criar mais atividades, mas configurou um perfil institucional diferente para a entidade a partir da natureza das intervenções que vêm sendo desenvolvidas nestes últimos 9 anos. Por exemplo, a ação do Conselho, relativa à formação, é atualmente muito restrita e reduzida a nível de supervisores. Todo o restante da formação fica por conta exclusiva do Ministério da Educação. Hoje, os Conselhos somente se limitam a receber inscrições dos que têm diplomas e não podemos participar do período de formação deles. Gostaríamos que fosse previsto na regulamentação dos Conselhos, a atuação da entidade sobre a formação, uma vez que já tivemos experiência prévia nessa área. Assim, o Conselho pode contribuir para garantir a qualidade da formação, com resultados. Essa proposta da Gestão Palavra Aberta II será transformada em uma das teses que apresentaremos no Congresso Nacional de Psicologia.



## Curtas

### Houve irregularidade na Senador Fláquer

O Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer de Santo André encaminhou-nos carta (acompanhada de abaixo-assinado de alunos e documento do MEC), em 30 de janeiro de 1989, exigindo uma retratação por parte do Conselho em relação ao artigo publicado no *Jornal CRP-06* nº 57, editado em 1988. A mencionada nota divulgou irregularidades ocorridas nesse Instituto, em junho do ano passado, quando os quartanistas aprovados no Curso de Psicologia foram impedidos de se matricular no estágio supervisionado, sob a alegação de que não havia vagas suficientes no 9º semestre e, por isso, foi feita seleção entre os universitários.

A Senador Fláquer argumenta na sua correspondência (enviada 7 meses depois do decorrido) que o critério para selecionar esses alunos se referiu a objetivos pedagógicos e não se pautou em número de vagas existentes no ano letivo em questão.

O CRP-06 ratifica a sua posição assumida nesse caso, pois os esclarecimentos prestados pelo Instituto, hoje, não justificam o fato realmente acontecido na época. O parecer do MEC (anexoado pela própria Senador Fláquer) comprova claramente que a Faculdade não poderia ter impedido os alunos de se matricularem no 5º ano do Curso. E, ainda, o abaixo-assinado de apoio apresentado não contém a participação de um quarto do total dos estudantes envolvidos.

Das informações veiculadas na edição

57, corrigimos apenas o seguinte: o número de alunos aprovados que passaram pela tal seleção não somam 50, como publicamos, mas, sim, 29. Os 21 restantes não estavam legalmente habilitados a se inscreverem no 9º semestre.

### Tratamento psicanalítico

O Serviço de Atendimento do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo está oferecendo à população em geral atendimento psicanalítico com, no mínimo, 4 sessões semanais. O preço é estabelecido de acordo com as condições econômicas de cada paciente. Os interessados devem marcar uma entrevista para a triagem (realizada às quartas e sábados). Informações na sede da Sociedade, Rua Sergipe, 441, fones 256-7768 e 256-3106, com dona Lurdes.

### Perfil do psicólogo brasileiro

O Conselho Federal de Psicologia lançou, em novembro passado, o livro "Quem é o psicólogo brasileiro?" (Editora Edicon, São Paulo), que traz resultados e análises de uma pesquisa sobre a situação atual dos profissionais no País. A publicação está à venda nas livrarias.

### ERRAMOS

Por causa de um erro de revisão gráfica numa frase (página 2, linha 26) do Editorial do *Jornal do CRP-06* nº 59, uma informação fundamental sobre as eleições para CFP ficou distorcida. Ao invés de eleições diretas, saiu indiretas. Por isso retificamos que, em 1989, AS ELEIÇÕES PARA O C.F.P. SERÃO DIRETAS.

## EXPEDIENTE

### Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região

**Conselheiros:** Aicil Franco, Antonio Carlos Simoniam dos Santos, Benedito Adalberto Boletta de Oliveira, Bronia Liebesny, Carlos Afonso Marcondes de Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeia, Frida Zolty, Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Nanci Bührer, Oscar Armani Filho, Regina Heloisa Maciel, Sonia Regina Jubelini, Yara Sayão.

**Sede — São Paulo:** Rua Borges Lagoa, nº 74, CEP 04038, telefone (011) 549-9799.

**Delegacias — ABC (Marlene Bueno Zola):** Rua Luis Pinto Fláquer, 519, 6º andar, sala

61, fone 444-4000, Santo André. Assis (Elizabeth Gelli Yasile): Rua Angelo Bertoncini, 545, fone (0183) 22-6224. Bauru (Marly Bighetti Godoy): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 2º andar, salas 205/206, fone (0142) 22-3384. Campinas (Hélio José Guilhardi): Rua Barão de Jaguará, 1481, 17º andar, sala 172, fone (0192) 32-5397. Campo Grande (Irma Maccario): Rua Dom Aquino, 1354, sala 97, fone (067) 382-4801. Cuiabá (Marisa Raduenz): Av. Tenente Coronel Duarte, 549, sala 302, fone (065) 322-6902. Lorena (Maria da Glória Soares): Rua N. S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0125) 52-1644. Ribeirão Preto (Vladimir Marchetto Leite): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar, fone (016) 636-9071. Santos (Dagmar Menichetti):

Rua Paraíba, 84, fone (0132) 39-1987. São José do Rio Preto (Maria Alice T. Fachini): Rua 15 de Novembro, 3.171, 9º andar, sala 91, fone (0172) 21-2883.

### JORNAL DO CRP-06

*Jornal do CRP-06* é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região.

**Comissão de Divulgação e Contato:** Marlene Guirado, Maralúcia Arenque Ambrósio. Assessor da Comissão: Roberto Yutaka Saggawa. Jornalista responsável: Sueli A. Zola (MTb 14.824)

Diagramação: Ribamar de Castro  
Revisão: Maria Aparecida F. M. Bussolotti  
Ilustrações: Rui Montenegro  
Redação: Rua Borges Lagoa, 74, CEP 04038, telefone (011) 549-9799, São Paulo.  
Composição, fotolito e impressão: Companhia Editora Jorjês, fone 815-4999.  
Tiragem: 29.000 exemplares.

As colaborações enviadas ao *Jornal do CRP-06* poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informações será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não alterações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

# A situação da política científica nacional

Carolina M. Bori

Palavra Aberta

TRAZA  
BOXE M

A comunidade científica brasileira deparou-se, no início de 1989, com uma grave crise decorrente do encaminhamento, pelo Presidente José Sarney, ao Congresso Nacional de Medida Provisória determinando a extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia e a fusão dessas áreas a um outro Ministério. Tal decisão foi repudiada pelos pesquisadores do País, pois assim procedendo o Governo Federal — em nome de um pseudo corte nas despesas públicas — estava desmantelando um sistema que foi gradualmente criado, e resultante de muitos anos de luta.

Para entender o significado do Ministério da Ciência e Tecnologia parece-me interessante, preliminarmente, resumir as circunstâncias que antecederam sua criação. Os primeiros sinais de organização da comunidade de pesquisadores apareceram, no Brasil, há cerca de 40 anos atrás, quando foram criadas sociedades científicas em diferentes áreas de conhecimento, inclusive a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e, principalmente, instalou-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico diretamente ligado à Presidência da República.

O CNPq, nesse início, foi o órgão estabelecido para traçar política para a ciência e contava para essa tarefa com a participação dos pesquisadores nas suas discussões. Como fruto do trabalho desenvolvido estabeleceram-se o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) para geri-lo. Esse núcleo de órgãos ampliou-se com a instalação de diversos institutos de pesquisa.

Durante o governo militar, porém, essa organização foi substancialmente modificada. Na década de 70, o poder executivo alterou a estrutura e mudou as funções do CNPq, que passou a ser Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico dependente não mais do Presidente da República, mas sim da Secretaria do Planejamento. Com essas reformulações, as dificuldades paulatinamente aumentaram e a comunidade científica começou a enfrentar sérios problemas de limitação de recursos financeiros.

Para encaminhar uma solução foi constituída, em 1982, uma Comissão composta por representantes da Academia Brasileira de Ciências,



Niels Andreas/Agência Folhas

SBPC e SEPLAN, com a atribuição de discutir os entraves à pesquisa científica, tais como a burocratização excessiva e o desinteresse do governo em relação a essa atividade. Embora a SEPLAN tenha se retirado da Comissão, as questões por ela discutidas tiveram conseqüências que se revelaram no clima favorável ao debate de Ciência e Tecnologia na instalação da Nova República.

Assim, em 1985, o governo de transição — atendendo a conveniências políticas e também a necessidade de se organizar um sistema mais amplo para a pesquisa — criou o MCT. O ponto mais positivo dessa medida foi certamente a indicação do Deputado Renato Archer como Ministro. Ele demonstrou em suas ações sério interesse pelos assuntos da Pasta, discutindo-os em profundidade, e defendeu, sobretudo, o desenvolvimento do conhecimento brasileiro. A Lei de Reserva de Mercado para Informática (referendada pelo Congresso Constituinte) foi a principal conquista e ao mesmo tempo a mais poderosa arma de sua gestão.

Mesmo com o prestígio adquirido, o MCT era, na verdade, fraco como Ministério. Sua estruturação se deu a partir da simples junção dos órgãos já existentes (CNPq, FINEP e Institutos de Pesquisas) sem qualquer planejamento inovador. Além disso, os recursos financeiros continuaram limitados e insuficientes, apenas 30 por cento do total da verba destinada à pesquisa no Brasil passaram a ser alocadas no MCT.

Ao sabor das circunstâncias, a fragilidade do órgão aumentava

com as substituições de Ministros — três no período de 85 a 88. O Deputado Luiz Henrique, sucessor de Renato Archer, ficou pouco tempo, porém, conseguiu dar continuidade ao Ministério da maneira em que foi implantado. Já o Ministro Ralph Biasi tentou introduzir transformações radicais que prenunciaram o desmoronamento de todo o sistema que se seguiu.

Em 4 de outubro de 1988, na véspera da promulgação da Nova Constituição, o Presidente Sarney assina o decreto de nº 96.930, reduzindo substancialmente o poder decisório do Conselho Deliberativo do CNPq. A alteração tinha o claro objetivo de eliminar completamente a participação dos pesquisadores nas decisões a respeito de orçamento de C e T, bolsas de estudo e outras atividades do órgão.

A comunidade científica repugnou prontamente a reforma estatutária pretendida, tanto por sua forma, quanto por seu conteúdo. O novo estatuto do CNPq, vigente a partir de 1986, resultou de muitos anos de trabalho dos pesquisadores (na Comissão acima citada) e assegurava a participação de representantes eleitos nas deliberações do Conselho. E, justamente por isso, os cientistas repudiaram indignados essa tentativa de mudança.

O decreto 96.930 foi revogado no próprio mês de outubro. Todavia, os problemas recrudesceram de maneira grave com a proposta de extinção do Ministério de Ciência e Tecnologia. O orçamento encaminhado pelos órgãos da área (para 89) foi reduzido na metade pela SEPLAN. Os Institutos de Pesquisa, o CNPq e

a FINEP ficaram sem nenhuma verba durante os meses de janeiro e fevereiro. O pagamento das bolsas de estudo vem sendo feito na base do "saca-rolha", ou seja, sai com atraso e depois de muita pressão.

No presente momento, o compasso é de espera. Aguardam-se as discussões no Congresso Nacional. O Poder Legislativo decidirá sobre a Medida Provisória e também sobre os vetos orçamentários. No entender da comunidade científica é necessário estabelecer um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia fortalecido que contemple, reúna e discuta toda a pesquisa no País. Isso não quer dizer que se deva juntar instituições, mas, sim, implantar uma Política de C e T realmente nacional.

A denominação desse Sistema não importa — Ministério, Secretaria Especial ou qualquer outro nome — entretanto, sua ligação deve ser direta com a Presidência da República. O MCT representava um primeiro passo em direção a essa meta de organização. Daí ser inaceitável o seu fim e igualmente a sua fusão com outra Pasta.

Com tantos obstáculos, a defesa de uma política científica e tecnológica no Brasil vai exigir muito empenho de todas as áreas do conhecimento. E, neste aspecto, a Psicologia deveria organizar-se para dar sua contribuição.

Faz falta na pesquisa psicológica a formulação de projetos integrados que reúna profissionais de diferentes instituições. Isso se dá provavelmente porque, por um lado, não temos uma sociedade científica de âmbito nacional que discuta a Psicologia como um todo. Por outro lado, existem inúmeras sociedades regionais ou específicas que não se articulam entre si, e, muitas vezes, se repetem sem, contudo, contribuir para o desenvolvimento da ciência. A dispersão e a individualização parecem ser os motivos mais evidentes da limitação.

A fim de fortalecer a presença da Psicologia nas discussões de Ciência e Tecnologia precisamos de uma comunidade atuante que supere os seus tradicionais impedimentos. Parece-me que a ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia), apesar de estar ainda começando tem a possibilidade de estruturar uma atuação desse tipo.

*Carolina M. Bori é presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e professora do Departamento de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da USP.*



“Qual é o projeto pedagógico que está sendo implantado pela Secretaria de Educação na gestão da Prefeita Luiza Erundina?”

**Paulo Freire** — Não há administração ou projetos pedagógicos neutros. Não seria, então, a administração da Prefeita Luiza Erundina que faria exceção a esta regra. Isto não significa, porém, que, pelo fato de ser sua administração marcadamente voltada para os anseios e para as necessidades populares, volte as costas, desdenhosa, aos apelos daqueles segmentos que, por viverem bem na cidade, não fazem idéia, quase sempre, do que significa apenas sobreviver. É interessante observar, porém, como os que vivem bem tendem a considerar os que simplesmente sobrevivem como incapazes, incultos, invejosos, marginais perigosos e a considerar também como propriedade sua o que a cidade tem de bonito e bem cuidado. Para estes, os que sobrevivem enfeiam a cidade. Erundina pensa certo; não pensa assim.

O mesmo tipo de reflexão pode ser feito com relação ao projeto pedagógico que estamos empenhados em realizar à frente da Secretaria Municipal de Educação. Queremos uma escola pública popular mas não populista e que, rejeitando o elitismo, não tenha raiva das crianças que comem e que vestem bem.

#### Qual é a escola que queremos?

Uma escola pública, realmente competente, que respeite a forma de estar sendo de seus alunos e alunas, seus padrões culturais de classe, seus valores, sua sabedoria, sua linguagem. Uma escola que não avalie as possibilidades intelectuais das crianças populares com instrumentos e critérios de aferição aplicados às crianças cujos condicionamentos de classe lhes dão indiscutível vantagem sobre aquelas.

Como dizer que um menino popular que se “saiu mal” na aplicação de certa bateria de testes, que não tem senso de ritmo, se ele dança eximamente o samba, se ele cantarola e se acompanha ritmando o corpo com o batuque dos dedos na caixa de fósforos? Se o teste para uma tal aferição fosse baseado em demonstrar como bailar o samba mexendo o corpo que desenha o mundo ou acompanhar-se com a caixa de fósforos, possivelmente meu neto seria considerado pouco capaz em face dos resultados obtidos pelo menino ou menina popular. É preciso deixar claro, porém, que a escola que queremos não pretende, de um lado, fazer injustiça às crianças das classes chamadas favorecidas nem, de outro, em nome da defesa das populares, negar a elas o direito de conhecer, de estudar o que as outras estudam. A criação, porém, de uma escola assim impõe a reformulação de seu currículo, tomado este conceito na sua compreensão mais ampla.

Sem esta reformulação curricular, não

poderemos ter a escola pública municipal que queremos: séria, competente, justa, alegre, curiosa. Uma escola que vá virando o espaço em que a criança, popular ou não, tenha condições de aprender e de criar, de arriscar-se, de perguntar, de crescer.

#### Os especialistas e o cotidiano escolar

Antes mesmo de assumir a Secretaria, comecei a trabalhar neste sentido, vivendo um primeiro momento de reflexão em torno da reformulação curricular. Momento que se intensificou em janeiro e fevereiro. Momento em que, com grupos de especialistas do mais alto nível como professoras e professores da USP, da PUC-SP e da UNICAMP, discuti teoria do conhecimento e educação, arte e educação, ética e educação, sexualidade e educação, direitos humanos e educação, esportes e educação, classes sociais e educação, linguagem, classes sociais, ideologia e educação. É importante salientar que estes intelectuais, físicos, matemáticos, biólogos, sociólogos, filósofos, arte-educadores etc. (que alcançam agora uma centena) vêm dando sua excelente contribuição sem ônus para a Secretaria de Educação. Recentemente, tivemos a primeira reunião com todos estes especialistas em que discutimos algumas hipóteses de projetos experimentais, no campo da mudança curricular.

É preciso afirmar que, de forma alguma, poderíamos pensar em estender às escolas — cuja vida diária e cujo mundo de relações afetivas, políticas, pedagógicas constituem para nós o espaço fundamental da prática e da reflexão pedagógicas — os resultados de nossos estudos de gabinete para serem postos em prática. Por convicção política e razão pedagógica, recusamos os “pacotes” com receitas a serem seguidas à risca pelas educadoras que estão na base. Por isso mesmo é que, nos momentos que se seguem do processo de reformulação curricular, estaremos conversando com diretores, com professores, com supervisores, com merendeiras, com mães e pais, com lideranças populares, com as crianças. É preciso que falemos a nós de como vêm a escola, de como gostariam que ela fosse; que nos digam algo sobre o que se ensina ou não se ensina na escola, de como se ensina.

#### A opção política e o sonho pedagógico

“Existe uma forma mais adequada e efetiva de conduzir, na prática, esse Projeto de Educação na Rede Pública Municipal?”

**Paulo Freire** — Acabo de afirmar que jamais imporemos às escolas da Rede Municipal um perfil de escola, por mais que ele expresse a nossa opção política e o nosso sonho pedagógico. Precisamente porque recusamos o autoritarismo tanto quanto a licenciabilidade, a manipulação tanto quanto o espontaneísmo. E porque não somos espontaneístas nem licenciáveis, não nos omitimos. Pelo contrário, aceitamos que não temos por que fugir ao dever de intervir, de liderar, de suscitar agindo sempre com autoridade, mas sempre também com respeito à liberdade dos outros, à sua dignidade.

Não há para nós uma forma mais adequada e efetiva de conduzir o nosso projeto de educação do que a democrática, do que o diálogo aberto, corajoso. Creio que as reuniões que já tive com todas as diretoras da Rede revelaram a decisão política real com que venho aos encontros. Estou certo, igualmente, de que esta decisão política irá tornando-se cada vez mais clara, nas minhas visitas semanais às escolas, em que conversarei com todos e com todas sobre a vida pedagógica da escola. Na medida em que vá ficando comprovado que “cartão” não funciona para — ferindo o direito de alguém — servir indevidamente a outro.

Na verdade, não podemos pensar em ganhar a adesão dos professores a uma forma, por exemplo, de relacionar-se com os educandos, mais aberta, mais científica também, mais arriscada, impondo a eles o nosso ponto de vista. Precisamos antes de tudo convencer, quase converter. A formação permanente dos educadores, que não poderia deixar de ocupar um lugar singular em nossos projetos, é um dos momentos para a superação necessária de certos equívocos ou erros que obstaculizarão a prática eficaz de nosso projeto.

#### A prática, a ideologia e a gnosologia

“Considerando que o Projeto pedagógico em implantação possui caráter ideológico e político explícito, como está sendo tratada a Educação em nível de informações ou conteúdos da ciência e da cultura letrada ou erudita?”

**Paulo Freire** — Não é privilégio do nosso projeto pedagógico em marcha possuir caráter ideológico e político explícito. Todo projeto pedagógico é político e se acha molhado de ideologia. A questão a saber é a favor de quem e de quem, contra quem e contra quem se faz a política de que a educação jamais prescinde.

Seguindo o espírito da pergunta me parece importante dizer da impossibilidade, em todos os tempos, de termos tido e de termos uma prática educativa sem conteúdo, quer dizer, sem objeto de conhecimento a ser ensinado pelo educador e apreendido para poder ser aprendido pelo educando. E isto precisamente porque a prática educativa é naturalmente gnosiológica e não é possível conhecer nada a não ser que nada se substantive e vire objeto a ser conhecido, portanto, vire conteúdo. A questão fundamental é política. Tem que ver com: que conteúdo ensinar, a quem, a favor de quem, de quem, contra quem, contra quem, como ensinar.

Tem que ver com quem decide sobre que conteúdo ensinar, que participação têm os estudantes, os pais, os professores e os movimentos populares na discussão em torno da organização dos conteúdos programáticos. Esta é exatamente uma das nossas preocupações e de que falei antes, no esforço que fazemos para a reformulação do currículo das escolas municipais da cidade de São Paulo.

#### Os métodos populares de saber

Para nós, não há sombra de dúvida em torno do direito que as crianças populares têm de (em função de seus níveis

## A educação e o PT

Pessoas que, como eu, já se perguntaram inúmeras vezes sobre o lugar do Estado nos constituídos na determinação do processo educativo quanto instituição no conjunto das estratégias sociais pelo PT assume qualquer instância do F

De início, penso, vem a esperança do triunfo, de dada para que se procedam, de fato, mudanças. com tantas escolas municipais e com um número — cações a serem enfrentadas, esta atenção sem múltiplas perguntas e, por outro, em ações e/ou intenções

É nessa perspectiva que, num primeiro momento, uma conversa que deu origem à presente matéria de discussão é levantar informações a respeito das estratégias fundamentais — a de Educação. Nossa proposta: desde que isso seja necessário e possível.

Ter Paulo Freire na coordenação dos trabalhos de orgulho. Isto, considerando sua trajetória dos “Círculos de Cultura” na alfabetização de ação libertadora. Era o início da década de 60, quando do poder (1964), foi expulso do País. Naquele Comissão Nacional de Cultura Popular assim como de Adultos, a convite do Ministério da Educação legou à insônia muitos dos grupos que abusivamente de mudança nos objetos, objetivos e métodos das p esses grupos foram sensíveis e inteligentes, sem dúvida desse educador não permitia meios termos. dade e inteligência já sabemos: ficamos sem a presença vemoz que produzir à margem, à sombra, e num e cação que, sem dúvida, rompia com a escola trad

Agora, 25 anos depois, a expectativa se reacende e se colocam. Afinal, 25 anos é tempo suficiente para mandas em relação a uma ação governamental, p movimento, para que a realidade social configure plo, e não por acaso esse exemplo, uma profissão e espalha o seu âmbito para a relação pedagógica exigir presença e reconhecimento.

Como a Secretaria da Educação nesta Gestão da momento?

Paulo Freire é, nesse espaço, o seu porta-voz.

De ponto de partida, tem nossa admiração e respeito, tem a nossa disponibilidade — e insistência locutores e interatores, enquanto Conselho-Região goria profissional que presta serviços à população

de idade) ser informadas e formar-se de acordo com o avanço da ciência. É indispensável, porém, que a escola, virando popular, reconheça e prestigie o saber de classe, “de experiência feita”, com que a criança chega a ela. É preciso que a escola respeite e acate certos métodos populares de saber coisas, quase sempre ou sempre fora dos padrões científicos, mas que levam ao mesmo resultado. É preciso que a escola, na medida mesma em que vá ficando mais competente, vá se tornando mais humilde. O conhecimento — que se produz social e historicamente — tem historicidade. Não há conhecimento novo que, produzido, se “apresente” isento de vir a ser superado.

É preciso que a escola popular, sobretudo a que se situa na mais funda das áreas periféricas da cidade, pense seriamente

# ia de Educação e as classes populares.

## o e o PT no governo

perguntaram inúmeras vezes sobre os destinos da educação e o lugar do Estado e mais propriamente dos governos no processo educativo, sobre o lugar da escola nas estratégias sociais; pessoas que se indagam a resolver expectativas quando um partido com o perfil quer instância do Poder Executivo.

rança do triunfo, depois o movimento de atenção cuido de fato, mudanças. No caso da cidade de São Paulo, e com um número — senão igual — maior de completa atenção se multiplica. Traduz-se, por um lado, em ações e/ou intenções de trabalho conjunto.

em primeiro momento, procuramos Paulo Freire para a presente matéria do Jornal do CRP-06. Nossa intenção respeito das estratégias de condução de uma Secretaria de Educação. Nossa proposta: a disposição para ações comuns, e possível.

ação dos trabalhos dessa Secretaria é, para nós, olhando sua trajetória social e política desde a difusão da alfabetização de adultos e de suas idéias sobre educação na década de 60, quando então por efeito da militarização do País. Naquele momento, Paulo Freire presidia a Comissão Popular assim como o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação. Sua intervenção certamente foi a que abusivamente reprimiam qualquer tentativa de novos e métodos das práticas educativas. Nesse sentido, Paulo Freire foi inteligente, sem dúvida. Souberam captar que a proposta não se tratava de meios termos. As consequências dessa sensibilidade foram sem a presença concreta de Paulo Freire e tiveram, à sombra, e num exíguo limite, uma prática de educação com a escola tradicional.

expectativa se reacende. Mas, certamente, outras questões são tempo suficiente para que se modifiquem as decisões governamentais, para que o ensino se cristalice e se estabeleça uma relação social configure contornos particulares. A exemplo, uma profissão como a Psicologia se regulamenta sua relação pedagógica e de promoção social e começa a atuar.

ção nesta Gestão da Prefeitura (1989-92) vê e faz esse

, o seu porta-voz.

essa admiração e respeito. Em continuação, como dissemos — e insistência até — de nos constituirmos intermunicípios Conselho Regional de Psicologia e enquanto cateteres serviços à população.

Marlene Guirado

mar-se de a. É indis-  
to, virando  
o saber de  
com que  
que a es-  
tados po-  
sempre ou  
ficos, mas  
. É preci-  
esma em  
nte, vá se  
hechimen-  
historica-  
ão há co-  
uzido, se  
r supera-  
ar, sobre-  
nda das  
nse seria-

mente a questão da linguagem, da sintaxe popular, de que falo e escrevo faz tanto tempo. Faz tanto tempo e muitas vezes continuo mal entendido.

Aproveito agora uma dimensão da pergunta e volto ao assunto. Não é possível pensar a linguagem sem pensar o mundo social concreto com que nos constituímos. Não é possível pensar a linguagem sem pensar o poder, a ideologia.

O que me parece injusto e antidemocrático é que a escola, fundamentando-se no chamado padrão culto da língua portuguesa, continue, de um lado, a estigmatizar a linguagem da criança popular, e de outro, ao fazê-lo, a introjetar na criança um sentimento de incapacidade de que dificilmente se liberta. Nunca disse ou escrevi, porém, que as crianças populares não deviam aprender o "pa-

drão culto". Para isso, contudo, é preciso que se sintam respeitadas na sua identidade, que não se sintam inferiorizadas porque falam diferente. É preciso, finalmente, que — ao aprender, por direito seu, o padrão culto — percebam que devem fazê-lo não porque sua linguagem é feia e inferior, mas porque, dominando o chamado padrão culto, se instrumentam melhor para a sua luta pela necessária reinvenção do mundo.

### Como não perder o tempo de conhecer

*"Em que o atual Projeto converge ou diverge dos CIEPS, que foram desenvolvidos por Darcy Ribeiro na Secretaria da Educação do Rio de Janeiro?"*

Paulo Freire — Tenho grande respeito e enorme amizade a Darcy Ribeiro, intelectual para quem amar, imaginar e sonhar não são experiências antagônicas à seriedade e à rigorosidade científicas.

Não penso em divergências ou convergências entre o que estamos projetando aqui e agora e os CIEPS. A mim interessa, já que você fez a pergunta, deixar claro ser impossível pensar a prática educativa, portanto a escola, sem pensar a questão do tempo, de como usar o tempo para a aquisição de conhecimento, não apenas na relação educador-educandos, mas na experiência inteira, diária, da criança na escola.

A escola progressista séria não pode estragar o tempo, botar a perder o tempo de a criança conhecer. Mas só a partir, me parece, de um limite mínimo de tempo para a prática escolar é possível pensar em como usá-lo de forma produtiva. Este limite mínimo, para mim, é de quatro horas. Não vejo como trabalhar eficientemente com turnos de três horas

a não ser em situações emergenciais. Nestes casos (no momento vivemos em alguma ou outra escola esta situação dramática), é necessário que fique clara aos pais a razão de ser da situação de emergência.

A questão do tempo está posta no centro da concepção dos CIEPS. Para a cidade de São Paulo preferiria, como estou preferindo, fazer o possível para que vivamos intensamente, produtivamente, criadoramente as quatro horas de atividades das escolas de primeiro grau.

### Os movimentos populares e as plenárias pedagógicas

*"Como lidar com as expectativas da clientela da escola (os próprios alunos e os seus pais) que pode reagir de forma contrária, opositora ou mesmo indiferente às propostas pedagógicas da atual Secretaria de Educação?"*

Paulo Freire — De forma democrática também. Devemos iniciar ainda neste mês de março, nas áreas populares, comícios ou assembleias pedagógicas em que, de um lado, mostraremos o estado deplorável em que encontramos cerca de cinquenta e cinco escolas, de outro, discutiremos os passos que estamos dando com relação à mudança da cara da escola. Neste mês, ainda, faremos um primeiro encontro com 40 a 50 alunos da quinta série para ouvir deles o que pensam da escola e falar um pouco a eles de como pensamos.

Haverá, obviamente, certas medidas que serão tomadas porque pô-las em prática é nossa tarefa. Mas tudo que for preciso ser discutido o será.

*"O que se espera das Plenárias e dos Conselhos Populares de Educação em relação à qualidade de ensino?"*

Paulo Freire — Em certo sentido a resposta está contida na anterior. As assembleias ou plenárias pedagógicas, esperamos, terão uma importância fundamental. Através delas é possível que se dê em nível profundo uma real participação da comunidade de pais e de representantes dos movimentos populares na vida inteira das escolas.

### Os psicólogos na rede pública municipal

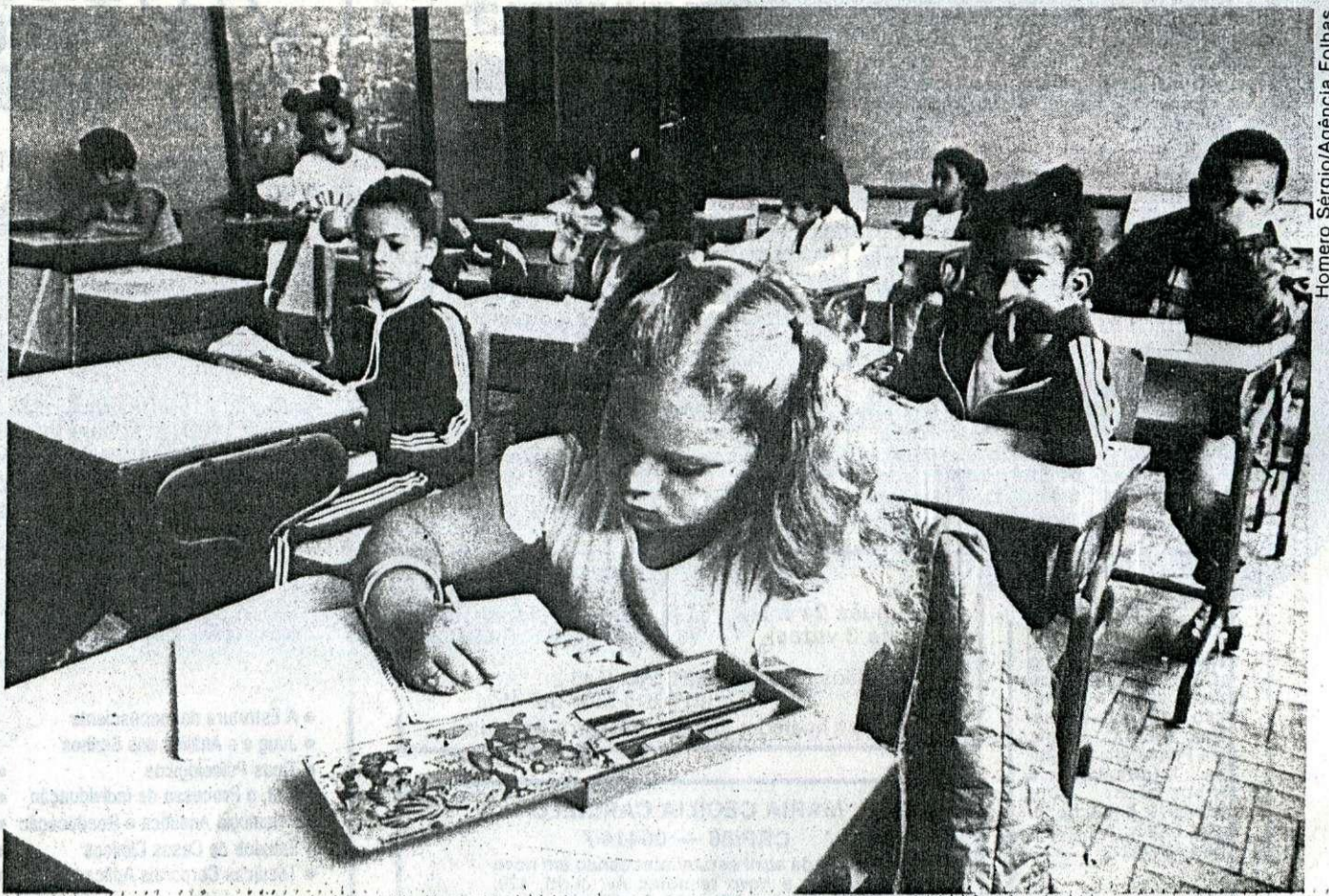
*"Existe já implantado um trabalho de psicólogos em equipes multiprofissionais diretamente nos recintos escolares da Rede Pública Municipal ou continuará sendo realizado somente nas 7 clínicas do Serviço de Assistência ao Escolar?"*

Paulo Freire — As psicólogas, com quem devo ter nestes dias uma primeira reunião (quer clínicas, quer escolares), se encontram lotadas no Serviço de Saúde Escolar. Antes mesmo de tomarmos posse, o Secretário de Saúde, Eduardo Jorge e eu, já havíamos iniciado conversações no sentido de devolver o Serviço de Saúde Escolar a seu lugar natural: a Secretaria de Saúde.

Preferimos, ele e eu, sua equipe e a minha, atendendo à índole de nossa forma de administrar, evitar qualquer tipo de solução vertical, impositiva.

Entregamos de comum acordo a Direção do Serviço à Doutora Ana Cecília Sucupira a quem delegamos a tarefa de — em diálogo com médicos, dentistas e psicólogos — discutir a passagem do serviço para a Saúde.

Enquanto o processo caminha, discutirei com as psicólogas a melhor solução para o seu caso, quer dizer, aquela em que possamos ser mais eficazes na colaboração indiscutível e indispensável que nos poderão dar.



Homero Sérgio/Agência Folhas

# Há a necessidade de um curso de graduação?

O Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação, do Rio de Janeiro, solicitou ao Ministério da Educação, em meados de 1988, autorização para a implantação de um curso de psicomotricidade, em nível de graduação, com a finalidade de formar especialistas nessa área. O Conselho Federal de Psicologia, os CRPs, o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo ao lado dos Conselhos Federais de Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, além das Associações Estaduais de Educação Física, se colocaram contra a aprovação de tal requerimento e, neste sentido, enviaram seus protestos para o Ministro da Educação, Conselho Federal de Educação e Gabinete Civil da Presidência da República.

Yvonne Alvarenga Khouri, presidente do Conselho Federal de Psicologia, explica que "o posicionamento contrário se fundamentou no fato de a psicomotricidade se definir como uma área de conhecimento técnico utilizado por diversas profissões de nível universitário, nos campos da saúde e educação (pedago-

gos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e professores de educação física). Ou seja, as técnicas psicomotoras se constituem, na prática, como instrumento interdisciplinar e, nessa medida, não podem ser objeto de uma graduação específica".

Com base no mesmo pressuposto, o CFP pleiteou, junto ao Ministério da Educação, o incentivo à implementação, nas Universidades Brasileiras, de cursos de especialização em psicomotricidade, em nível de pós-graduação. O objetivo seria o de possibilitar tanto o embasamento teórico-prático dos diferentes profissionais que atuam na área, quanto a ampliação do conhecimento por eles já desenvolvido.

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional partilha da mesma opinião. Ruy Gallart de Menezes, presidente do COFFITO, diz que "a discutida graduação significa (se aprovada) somente a superposição de atribuições, enquanto a pós-graduação criaria o acesso ao aperfeiçoamento a várias profissões da saúde". Além disso, ele acrescenta:

"a proposta do Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação não apresenta um objetivo social e nem tão pouco corresponde à necessidade da população".

A despeito de todas as manifestações adversas, a Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação aprovou, no ano passado, o requerimento do mencionado Instituto. A implantação do curso passou, então, a depender apenas de uma homologação por parte do ministro da Educação. Mas, antes de encerrar essa tramitação, o presidente José Sarney assinou decreto, em 15 de dezembro último, proibindo a criação de novos cursos de graduação até 30 de junho de 1989.

A medida presidencial, apesar de abranger o caso da psicomotricidade, não se referiu exclusivamente a este. Na verdade, o decreto surgiu como resposta às pressões políticas exercidas pelo Conselho Federal de Medicina e outros Órgãos Representativos no sentido de alertar as autoridades em relação à péssima qualidade da formação de suas categorias profissionais.

De qualquer forma, a questão da formação do psicomotricista ficou, assim, temporariamente suspensa. No entanto, em junho o prazo determinado pelo Presidente da República se esgotará e o problema voltará à tona. Então, para evitar que o Ministério da Educação referenda o pedido de abertura do curso (já autorizado pela Câmara de Ensino Superior), o CFP esteve recentemente em reunião com o secretário do Ensino Superior. Com igual intenção, a entidade está, agora, tentando marcar audiência com o próprio ministro da Educação.

Se depois de tanta articulação o Ministério ainda permitir a criação do curso, o CFP pretende, daí, impetrar mandado coletivo contra o Conselho Federal de Educação. O recurso jurídico poderá ser usado porque o regulamento interno do referido Órgão estabelece a necessidade de se realizar uma pesquisa de mercado que justifique a aprovação dos cursos de graduação. E, segundo afirma Yvonne Khouri, "tal pesquisa certamente não foi feita".

## REFORMA ADMINISTRATIVA

# Por que os psicólogos foram discriminados?

Em junho do ano passado, o *Jornal do CRP-06* divulgou matéria protestando contra o Projeto Lei que o Governador do Estado de São Paulo enviou à Assembléia Legislativa propondo nova escala de vencimentos para os funcionários públicos de nível universitário, na qual o psicólogo se enquadrava em patamar inferior a dos outros profissionais da saúde.

Apesar do protesto, a Lei Complementar nº 556 de 15 de junho de 1988 foi aprovada e, por decorrência, os psicólogos foram enquadrados no novo sistema retributivo ocupando a faixa salarial 3, enquanto os médicos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais e outros ficaram situados na faixa 5. A implantação da referida Lei fez parte da Reforma Administrativa que, paradoxalmente, teve o objetivo de tornar homogênea a estrutura funcional dos servidores estaduais.

A categoria sentiu-se, evidentemente, injustiçada. Se o psicólogo é um profissional de formação superior que atua na mesma área de saúde, qual pode ser a justificativa dessa desigualdade nos vencimentos? Yassuo Suguimoto, Assessor Técnico do Gabinete do Secretário da Administração, em entrevista ao *Jornal CRP-06*, alegou que "o motivo da diferença se refere à demanda". Ou seja, a abundância da oferta desse profissional no mercado acaba por empurrar o seu salário para baixo.

A explicação parece ter sua lógica. No entanto, se considerarmos outra informação fornecida pelo próprio Yassuo Suguimoto, o critério alegado mostra-se, no mínimo, duvidoso. Segundo o Assessor, o Estado não realizou nenhuma pesquisa de campo para identificar o nú-

mero de psicólogos disponíveis no mercado em comparação ao nível de oferta dos outros profissionais. Portanto, a faixa salarial inferior foi estabelecida com base num pressuposto.

As contradições no âmbito da Secretaria da Administração não param por aí. Marlene Bueno Zola, Delegada do CRP-06 em Santo André, esteve, no mês de fevereiro, em audiência com outro Assessor do Gabinete do Secretário, José Antonio Nania. Nessa ocasião, o referido Assessor argumentou que a Lei 556/88, na verdade, não introduziu nenhuma modificação na situação funcional do psicólogo. A seu ver, a Reforma Administrativa apenas retratou o quadro anterior em que se encontrava esse profissional, desde o Governo Maluf.

E de fato, em consultas realizadas pela Delegacia de Santo André, constatou-se que antes de 1978 até 1980 a nossa categoria se enquadrava em referências semelhantes a dos enfermeiros, educadores em saúde pública, médicos e terapeutas ocupacionais. Foi em 1981, porém, que a diferenciação aconteceu. Na época, houve a decretação da Lei 247/81 estabelecendo nova escala de vencimentos, a qual situou o psicólogo no nível 3 (referência destinada a profissionais de nível universitário), enquanto o profissional do magistério ficou no nível 5 e o profissional da saúde no nível 7.

Assim, como não ocorreram mudanças substanciais nessa política durante o Governo Montoro, os psicólogos se mantiveram prejudicados até hoje, principalmente porque não foram reconhecidos enquanto profissional da saúde. O Conselho entende que tais circunstâncias

precisam ser alteradas. A categoria ampliou muito, nos últimos anos, sua atuação nos serviços públicos (seja a nível de atenção primária, secundária ou terciária). E, neste sentido, não há como aceitar a discriminação.

Para reivindicar as devidas reformulações, Marlene Bueno Zola, representando o Conselho, encaminhou carta ao Secretário da Administração, Alberto Goldman, em 24 de fevereiro último, so-

licitando-lhe audiência, para se discutir a questão. No dia da reunião (a data não tinha sido ainda marcada até o momento do fechamento desta edição) pretende-se levar uma Comissão, composta por psicólogos do Estado, representantes do Sindicato e do CRP-06; além disso estão se articulando contatos para se enviar (também nessa ocasião) o maior número possível de telegramas ao Secretário pleiteando imediata revisão da situação.



## ENCONTRO DE PSICOTERAPIA JUNGUIANA

### DATA:

15 DE ABRIL A 25 DE JUNHO

12 módulos em finais de semana alternados

### Local:

SALA DE CONVIVÊNCIA DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA  
Rua Botucatu, 720 (Próximo ao Metrô Santa Cruz) - S. Paulo

### Horário:

SABADO DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS  
DOMINGO DAS 10:00 ÀS 14:00 HORAS

### Docentes:

ITA PERLA WILDE - CRP 06-16.800  
LINDALVA RODRIGUES DE BARROS - CRP 06-15.301  
ANAMARIA SANNINO - CRP 06-4151  
DR. CARLOS GODO  
DRA. ANNA MATHILDE NAGELSCHMIDT

### Coordenador:

ANTONIO PIRES - Editor de Psicologia

Destina-se a Psicólogos e Estudantes da área

Informações, Programas e Reservas: pelo telefone - (011) 215-3268

### Assunto:

- Alquimia
- A Estrutura do Inconsciente
- Jung e a Análise dos Sonhos
- Tipos Psicológicos
- Self, o Processo de Individuação
- Psicologia Analítica e Reeducação
- Estudos de Casos Clínicos
- Técnicas Corporais Aplicadas na
- Psicoterapia Junguiana
- O que é Arquétipo
- Símbolos
- Mitologia Bíblica
- Mitologia Grega
- Mitologia Hindu
- Tarô
- Conhecimento Simbólico (I Ching)

### FREUD EM PROMOÇÃO

Português 24 vols. Espanhol 3 vols.  
(em até 3 vezes) (3 vezes de NCz\$ 89,00)

Pedidos pelo fone (021) 266-4545 BIP 4695  
(011) 815-3344 BIP 4516

Atendo a qualquer Estado. Entrega a domicílio.

### MARIA CECÍLIA CARDILLO CRP/06 — 00414-7

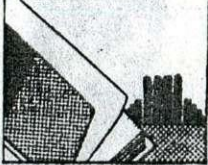
A partir de abril estarei atendendo em novo endereço e novo telefone: Av. Juriti, 429, CEP 04520, tel. 571.1552, São Paulo.

**GRUPOS DE ESTUDO SOBRE JUNG** — A psicóloga Suely M. Najjar Murdocco (CRP-06/04333) está promovendo a formação de grupos de estudo sobre C.G. Jung e a Psicologia Analítica. Informações e inscrições: fone 883.0619, à Rua Benedito Lapin, 57, Itaim, São Paulo.

# As vicissitudes na arte do psicanalista

Liana Reichstul

## Resenha

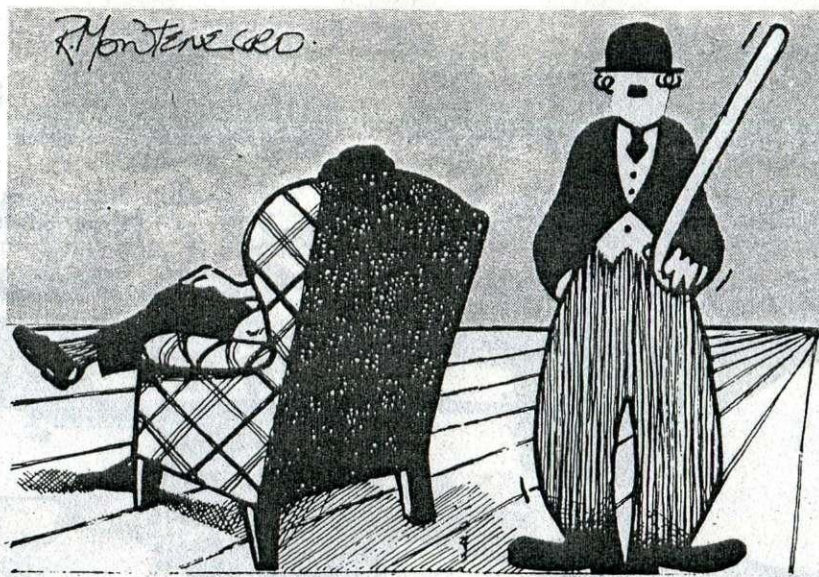


**A arte interior do psicanalista**, de Walter Trinca (EPU/EDUSP, 1988) é o tipo de livro que todo psicanalista gostaria de escrever um dia, mas poucos

chegam a fazê-lo. Não é um livro de teoria, não é um livro sobre técnica; é um ensaio reflexivo sobre a atividade do psicanalista. Debruça-se sobre questões variadas relativas às condições internas necessárias que permitem ao analista realizar o seu trabalho.

No trabalho de análise, somos transportados como analistas para realidades e paisagens mentais muito diversas, em graus variados de violência. Por isso mesmo, é próprio dessa experiência conviver com a dúvida, com a incerteza, muito mais do que desejaríamos. É próprio o questionamento contínuo sobre o que fazemos e é até um certo *clichê* afirmar que a formação está sempre em curso. É essencial que o analista venha a constituir uma identidade estável, ainda que com flexibilidade de movimentos, que atinja um ponto de equilíbrio sempre perdido e sempre realçado, para que ele possa ouvir o seu analisando, emprestar-se a ele e recuperar-se quase que simultaneamente. Daí um sentido freqüente de estar assomado com questões que brotam diariamente do contato mais profundo com outras pessoas e daí, também, uma grande necessidade de encontrar pares, interlocutores afinados. Como ser objetivo em matéria tão essencialmente subjetiva? E cada analista sente a necessidade de se definir (no sentido de perceber algo com uma boa definição visual), de saber seu lugar na ordem do mundo, seja no microcosmo do universo de cada paciente, seja na inserção sua e do seu trabalho no mundo maior.

É isso, a meu ver, o que pretende fazer Walter Trinca neste livro, num percurso necessariamente muito pessoal. Pela leitura, percebemos tratar-se de uma pessoa sensível, dedicada e amante da sua profissão. Estabelece-se com o livro uma curiosa conversa (uma prosa), não que se concorde com as idéias expressas o tempo todo, mas uma conversa onde existe tanta coisa familiar e ainda assim desconhecida e que gostaríamos de ter o tempo de degustar e de pensar a respeito.



O argumento central do livro está montado em torno do conceito de arte interior. O autor acredita que tanto o artista quanto o psicanalista se nutrem de um fundo comum de inspiração e aí situa a intuição como fator privilegiado. Esta arte interior origina-se ainda da perplexidade do analista ante um mundo fantástico. Ele vai tecendo por meio de capítulos curtos, à moda de pequenos ensaios, o universo do psicanalista, através de conceitos muito próximos da experiência artística, utilizando como fios dessa tecitura elementos tais como o gozo estético, revêrie, harmonia, movimento, imaginação artística etc.

Muitos autores já trataram do prazer estético presente na vivência de uma análise, seja na posição de analisando, seja na de analista. Tenho em mente neste momento, em particular, Donald Meltzer a quem o assunto é caro. Agora mesmo vem trabalhando sobre o lugar do objeto estético no desenvolvimento. Diz Meltzer — a propósito de Richard, o pacientinho de Melanie Klein — que mesmo sendo à época uma criança bastante perturbada, ele prontamente apercebeu-se da “beleza do processo”. Acrescenta numa passagem, fazendo uma reflexão sobre a obra de Melanie Klein: “O que ela descobriu foi que a beleza do exterior da mãe e o mistério do seu interior despertam no bebê a sede pelo conhecimento bem como pelo leite. E o adendo de Bion enfatizou que não é apenas a beleza do corpo e o seu misté-

rio, mas também da mente que tem esse impacto” (*Studies in Extended Metapsychology*, de D. Meltzer, Clunie Press, 1986, p. 25).

No parágrafo acima, fiz menção ao componente estético em relacionamentos interpessoais. Creio que o presente livro estreita ainda mais esse foco, colocando-o mais especificamente sobre o funcionamento do analista com seus estados de mente, a soltura que dele é exigida e de sua movimentação à derivatenta da atenção fluuante.

A meu ver, o capítulo mais expressivo desse estado particular que se deseja alcançar para se pôr à disposição das comunicações de um analisando, é o capítulo “A harmonia dos movimentos”. Nele, o autor foi particularmente feliz em descrever um estado que é produto de uma longa maturação, congênera dos melhores momentos de soltura e beleza na música, na dança, na arte em geral. Fez-me lembrar a idéia de Melanie Klein de que saúde mental é incompatível com superficialidade, ela tem sempre a ver com uma maior profundidade e riqueza de sentimentos e a possibilidade de tolerar conflitos. (“On Mental Health”, in *The Writings of Melanie Klein*, vol. III, London, The Hogarth Press).

O tom geral do livro é de convicção, pleno no objeto bom, de sentir vida dentro e fora de si, do analista se sentir parte da natureza e em comunhão com ela. Esse mesmo tom de celebração da vi-

da e da beleza, com alguns aforismos e algo que lembra sabedoria oriental, me pareceu por vezes beirar a idealização. O analista que surge em um estado de funcionamento ideal seria mais do que uma pessoa flexível com bom trânsito entre as várias áreas da sua personalidade, seria de fato uma pessoa muito desenvolvida. Há uma abundância de referências ao inefável, ao belo, ao poético, a momentos de elite e uma escassez de referências ao lado doloroso da prática analítica, ao medo, à finitude, à doença. Pareceu-me que havia um preconceito em favor do belo e que a imaginação artística era com freqüência equacionada com o inefável, na sua qualidade positiva de vida e beleza, e não com a transcendência da experiência direta, seja ela qual for, bela ou terrível, de harmonia ou de doença.

Se por um lado o autor tem momentos de grande delicadeza, por outro ficamos com a impressão de vivermos num mundo em expansão, rico, e não em um mundo que pode também ser um mundo de medos. Ao falar da liberdade de experimentar emoções profundas, eu acrescentaria a isso a inevitabilidade de vivê-las, mas nisso incluindo a impotência, a ignorância, a paralisia que tantas e tantas vezes nos acomete no trabalho analítico.

Diz o autor: “A psicanálise é uma relação humana calcada na verdade” (p. 79). É esta a proposta realmente. Acrescenta que a psicanálise propõe-se a ser uma exceção à regra imperante nas sociedades humanas, onde se faz uso do conhecimento para a manipulação e a manutenção de privilégios e de poder.

Creio que este é um bom exemplo para o que pretendo ilustrar. Não sei se a psicanálise é uma exceção, vide conclusões entre analistas e pacientes (e existem!) desde os inconscientes (quanto a esses há esperança de retomada de rumo, uma vez que se tome consciência deles) até os conscientes, mas é uma atividade onde manipulações, desvios, jogos de poder, longe de serem acobertados constituem a própria carne da relação. Esse lado da vivência analítica não me pareceu ter recebido um espaço adequado no livro.

Dentre os reparos menores, teria dois pontos a acrescentar: houve um excesso de citações bibliográficas e pareceu-me ainda haver uma certa decalagem entre o desenvolvimento das idéias e alguns excertos de material clínico.

Liana Reichstul é psicanalista, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo



## Anote

De 05 a 09 de julho de 1989 acontecerá o II Encontro Brasileiro do Campo Freudiano, em São Paulo fones (011) 826-5000 e 826-0466.



## Agenda

19.01.89 — A Conselheira-secretária Regina Heloisa Maciel participou da cerimônia de instalação do CONEN (Conselho Estadual dos Entorpecentes) no Palácio dos Bandeirantes.

17.02.89 — A Conselheira Aicil Franco esteve na Faculdade São Marcos realizando palestra para calouros.

21.02 e 28.02.89 — A Conselheira Aicil Franco esteve no Conselho Regional de Medicina participando de reunião para discussão sobre qualificação profissional.

24 e 25.02.89 — A Conselheira-presidente Marlene Guirado e a Conselheira-tesoureira Nanci Bühler estiveram em Brasília participando do Encontro de Entidades.

11.03 e 12.03.89 — A Conselheira-presidente Marlene Guirado e a Conselheira-tesoureira Nanci Bühler estiveram em Brasília participando do Encontro de Entidades.

## Um serviço de saúde do adolescente

**O**s serviços da rede pública de saúde nem sempre conseguem alcançar uma maior divulgação para que seja possível seu acesso à população interessada. Nesse sentido, estamos publicando esta matéria sobre um programa de atendimento à saúde do adolescente para o conhecimento dos psicólogos, o que lhes poderá ser útil na atuação profissional.

A Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo implantou, em 1987, o Programa de Atendimento Integral à Saúde do Adolescente. Albertina Duarte Takiuti, Coordenadora do Grupo Executor, explica que esse serviço oferece atenção primária à população de 10 a 20 anos de idade, tendo em vista suas necessidades de natureza física, psicológica e social.

Instalado já em mais de 26 Unidades pertencentes ao SUDS — SP (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde em São Paulo), o Programa tem como enfoque principal o atendimento multiprofissional desenvolvido por equipes

(compostas por médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e educadores) que visam a um tratamento integrado dos problemas de diferentes origens. Também a supervisão dessas equipes é vista como um instrumento importante no atendimento, na medida em que se constitui enquanto espaço para se garantir a efetivação do objetivo desse trabalho.

Outra filosofia importante do Programa refere-se à ênfase dada na linha preventiva. Marileide Nascimento e Ione Freitas, psicólogas, informam que essa perspectiva está presente em todas as ações desenvolvidas, que são basicamente de nível psicoprolático e dirigem-se a um complexo alvo que envolve não só o adolescente, mas também a família e a comunidade.

A promoção de saúde se efetiva, numa primeira etapa, através da formação de grupos educativos (de vivência, de assistência a gestantes etc.) que são organizados a partir de temas centrais tais co-

mo: a experiência da sexualidade, orientação profissional, drogas, gravidez, concepção, contracepção e outros.

Num segundo momento, desenvolve-se a assistência psicológica ao adolescente que consiste em elaborar o diagnóstico e, quando for preciso, oferecer um tratamento psicoterápico. A família é incluída no atendimento por meio da participação em grupos de pais, ou em terapias familiar, de casal ou individual — conforme a necessidade constatada. Os tratamentos feitos, na maioria das vezes, seguem a técnica grupal e têm sempre um caráter focal e breve. Nos casos em que se detectam problemas mais graves, procede-se ao encaminhamento para os serviços de nível secundário ou terciário.

Por fim, faz parte do Programa o Projeto Janela, onde se efetua um levantamento dos recursos existentes na comunidade, com a finalidade de levar o adolescente a se integrar em atividades culturais e esportivas disponíveis nos diversos locais.

# O cotidiano de um hospital-dia

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) "Professor Luis da Rocha Cerqueira" é a primeira experiência de trabalho nos moldes de um hospital-dia, na rede pública estadual, destinado ao tratamento de pacientes psicóticos. Foi inaugurado em março de 1987, mas até hoje não foi ainda oficializado como órgão da Secretaria Estadual da Saúde, embora esteja integrado ao SUDS-SP. Instalado num sobrado na Rua Itapeva, em São Paulo, com uma área útil de 700 metros quadrados, apresenta uma capacidade atual para receber até 60 pacientes.

Até meados do ano passado, atendia em torno de 30 pacientes em regime de meio período e possuía 5 técnicos, com pouca infra-estrutura (falta de funcionários e manutenção precária). Hoje a equipe é composta de 4 psiquiatras, 3 psicólogos, 3 terapeutas ocupacionais, 2 enfermeiras, 1 assistente social, 2 visitantes, 3 atendentes, 6 serventes, 2 auxiliares de enfermagem, 3 escriturários, além de uma maior disponibilidade de recursos materiais.

Dois membros da equipe, Jairo Idel Goldberg (psiquiatra e coordenador do projeto) e Sandra M. Fischetti Baricão (psicóloga), deram a seguinte entrevista:

**"Como se estabelecem os primeiros contatos com os pacientes?"**

**Jairo I. Goldberg** — Quando vem pela primeira vez, o paciente imagina geralmente que aqui é igual a qualquer instituição psiquiátrica. Depois da triagem, alguns levam 2 meses para voltar e se comprometer com o tratamento, mas muitos percebem de imediato que a proposta de tratamento é diferente da usual com internação compulsória, porque dispomos de recursos terapêuticos e há possibilidade de escolha das atividades de acordo com momento de cada paciente. Além disso, vêm para cá e retornam para a casa deles, por vontade própria, de acordo com o contrato combinado conosco.

**Sandra Fischetti** — Com relação à admissão, é realizada inicialmente uma entrevista individual e em seguida uma triagem grupal, visando a selecionar 4 pacientes novos por semana. A partir daí fazemos um contrato provisório que dura de 15 a 30 dias. Durante este período, o paciente é observado nas diferentes atividades e são realizadas entrevistas com a família para a constituição do histórico de vida e observação da dinâmica familiar. Ao final deste período, estabelecemos um outro contrato que depende de cada caso, para definir quais atividades serão desenvolvidas e em quais horários frequentará a casa.

**"Quais são as atividades programadas?"**

**Sandra Fischetti** — Oferecemos as seguintes atividades abertas: reunião geral semanal, grupo de expressão corporal, atelier de artesanato, pintura e costura, grupo de teatro, marcenaria, atividades de lazer etc.



Ana C. Fernandes/Agência Estado

Concomitantemente, o paciente pode participar de todo um rol de atividades terapêuticas mais fechadas, ou seja, com participantes fixos. Temos 3 grupos de terapia ocupacional, 1 grupo verbal, que seria uma psicoterapia de grupo, o atendimento familiar nuclear e o atendimento individual (independente de medicação ou não) na linha da psicoterapia, mas que se submete somente enquanto está em tratamento aqui. Depois da alta, é encaminhado para continuidade do tratamento psicoterápico no seu local de origem e passamos a funcionar como uma referência para procura espontânea do paciente.

**"Percebe-se que a reunião geral semanal é muito valorizada no CAPS. Qual é a importância dela, em termos da dinâmica da equipe, na relação com os pacientes?"**

**Sandra Fischetti** — Nesta reunião, participam todos os pacientes, funcionários e técnicos. Tentamos discutir as questões que aparecem no dia-a-dia. O resultado é que a rotina da casa acaba se modificando muito em função do que é discutido. Por exemplo, teve toda uma polêmica sobre a porta de entrada: se a deixava ou não aberta. Discutimos esse assunto e eles mesmos resolveram que é uma boa solução ter uma funcionária que abre e fecha a porta. Eles concordaram que, de vez em quando, tem alguém que pode colocar em risco a própria vida se sair sozinho para a rua quando está muito alterado psicologicamente. Nesse caso, os técnicos comunicam à funcionária que, por uns tempos, essa pessoa não pode sair sozinha. Caso contrário, têm a liberdade de decidir se querem ir ou não para a rua. Como estamos preocupados em desenvolver em cada paciente a responsabilidade pelo tratamento, não adianta ficarmos protegendo-o ou ficar resolvendo por ele o que é melhor.

**"Existe uma divisão de trabalho na equipe de técnicos e funcionários?"**

**Sandra Fischetti** — Dividimos em 3 mini-equipes para cuidar dos pacientes e fazer acompanhamento do trabalho com as famílias. Na minha mini-equipe, tem um atendente, um servente, um auxiliar de enfermagem, dois psicólogos, um terapeuta ocupacional e um psiquiatra. Todos nós trabalhamos com o paciente, porque interagimos diariamente com ele. Quando discutimos as questões clínicas, todos participam porque precisam se inteirar das condutas terapêuticas indicadas. Tentamos fazer com que a casa se constitua num ambiente terapêutico.

**"Quais são as reações das famílias dos pacientes?"**

**Jairo I. Goldberg** — Muitas vezes, a família apresenta a maior dificuldade em entender o nosso trabalho. Ela nos trata, por exemplo, como o "guardião" e exige de nós que o paciente não tenha mais distúrbios psicopatológicos. Essa exigência se baseia numa espécie de cultura, que existe na área de Saúde Mental, na qual a "cura" esperada é simplesmente um sinônimo de que o paciente se torne alguém socialmente adequado e não incomode mais.

**"Como lidar com essa demanda familiar?"**

**Jairo I. Goldberg** — Convidamos a família para vir dar um jeito junto com a equipe. Por exemplo: recentemente, uma mãe veio aqui exigindo que eu internasse o paciente, mas ela não queria falar disso na frente do filho. Não tive outra alternativa a não ser convidar a mãe e o paciente para discutirmos juntos o assunto, dando início ao atendimento conjunto. Apesar disso, em outros momentos, a mãe telefonava insistindo na internação. Conseguimos que o pai viesse participar dos atendimentos e, semanalmente, passamos a

nos reunir: os três familiares e dois técnicos. Este paciente está tentando resgatar sua individualidade, pois, como ele mesmo diz, "está misturado com a família". O atendimento familiar tem possibilitado que ele consiga se expressar e resgatar seu lugar nesta família. Este é o início de uma intervenção.

**"O que se faz no CAPS, em termos de intervenção psicológica, para que o paciente psicótico não volte a apresentar sucessivas crises?"**

**Jairo I. Goldberg** — Temos recebido aqui alguns pacientes com muitas internações que, após várias crises, encontram-se numa situação crônica, aparentemente sem recursos para serem trabalhados. Muitas vezes, estes pacientes não se enquadram, de início, nas condutas terapêuticas clássicas, como a psicoterapia individual ou grupal, mas acabam por encontrar uma nova possibilidade de expressão, por exemplo, na atividade de jardinagem. Ao encontrar uma nova forma de expressão, esta é a possibilidade de se pinçar uma característica dele e começar um trabalho terapêutico. Quando se trata de psicóticos, parece que a maioria de nós se esquece que eles têm uma individualidade ou peculiaridade de ser.

Pode ser que um paciente saia daqui apresentando alguns dos sintomas que motivaram seu tratamento. Ao dar alta hoje, não satisfazemos necessariamente as expectativas familiares ou mesmo as nossas, mas esperamos (quando isto é possível) que o paciente possa assumir minimamente a direção de sua vida, apesar das crises. As vezes, é preciso passar alguns anos para que o paciente consiga desenvolver-se psicologicamente.

Endereço do CAPS: Rua Itapeva, 700, fone (011) 289-2585, São Paulo.